



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

### PEDIDO DE INFORMAÇÃO

O Deputado que este subscreve, com amparo no § 2º do art. 41 da Constituição do Estado, c/c o art. 197 do Regimento Interno deste Poder, **requer**, após deliberação do Plenário, seja encaminhado, ao Secretário de Estado do Meio Ambiente e da Economia Verde, **Pedido de Informação** nos seguintes termos:

**Considerando** que chegou ao conhecimento deste Gabinete, por meio de reportagens amplamente divulgadas na imprensa estadual, a proposta de criação de um novo Parque Nacional abrangendo áreas de Santa Catarina e do Paraná, especialmente na região das Serras do Araçatuba e do Quiriri;

**Considerando** que a eventual criação desta unidade de conservação possui relevância ambiental significativa, uma vez que envolve ecossistemas sensíveis, campos de altitude, nascentes e bacias hidrográficas que abastecem diversos municípios catarinenses, exigindo análise técnica minuciosa e ampla transparência no processo decisório;

**Considerando** que, apesar do impacto direto sobre comunidades locais, propriedades rurais, atividades econômicas e sobre a gestão territorial dos municípios envolvidos, **não foram realizadas audiências públicas, consultas formais ou qualquer mecanismo estruturado de participação social no Estado de Santa Catarina**, o que impede que prefeitos, vereadores, entidades, produtores rurais, moradores e demais interessados se manifestem adequadamente;

**Considerando** que a ausência de diálogo prévio com a sociedade catarinense — especialmente com os municípios potencialmente afetados — compromete o princípio da publicidade e a participação social previstos na legislação ambiental, notadamente para a criação de Unidades de Conservação, que exigem estudos técnicos, consultas e transparência;

**Considerando** que compete ao Poder Público estadual assegurar que processos dessa natureza sejam acompanhados com rigor técnico e ampla comunicação, de modo a evitar impactos inesperados, conflitos fundiários, interpretações equivocadas e prejuízos socioeconômicos às regiões limítrofes.

Requeiro, assim, que a autoridade competente esclareça:

1. Em que fase se encontra o processo de criação do referido Parque Nacional e quais estudos técnicos (ambientais, socioeconômicos, cartográficos, hídricos) foram elaborados até o momento;
2. Quais municípios catarinenses seriam incluídos, total ou parcialmente, dentro dos limites territoriais previstos, encaminhando mapa georreferenciado ou documento equivalente;

3. Se houve comunicação formal ao Governo do Estado de Santa Catarina ou aos municípios envolvidos acerca da proposta;
4. **Por qual motivo não foram realizadas audiências públicas ou consultas formais em território catarinense**, indicando se há previsão de sua realização;
5. Quais impactos ambientais e socioeconômicos preliminares foram identificados nos estudos já realizados;
6. Quais prazos estão previstos para conclusão dos estudos, apresentação da minuta da unidade de conservação e eventual publicação do ato oficial.

Sala das Sessões,

Deputado Estadual  
**Matheus Cadorin**



ELEGIS  
Sistema de Processo  
Legislativo Eletrônico

Documento assinado eletronicamente por **Matheus Andreis Cadorin**, em 27/11/2025, às 16:40.

---